



Lisboa, 23/12/2013

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Assuntos
Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da
Assembleia da República
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

Assunto: Pedido de reunião sobre a prova de avaliação de conhecimentos e capacidades (PACC) imposta aos professores e educadores

Senhor Presidente,

Como é do conhecimento público e já foi matéria de discussão na Assembleia da República, o governo impôs a realização de uma prova chamada de avaliação de conhecimentos e capacidades (PACC), alegadamente para verificação de requisitos mínimos para o exercício da profissão docente, estabelecendo-a como requisito obrigatório para acesso aos concursos de colocação.

É conhecida a posição das organizações sindicais em relação a PACC. No seu entendimento, para além da ausência de argumentos sérios que justificassem a imposição da prova, ela viola direitos constitucionais, neste caso dos/as professores/as. A agravar, a aplicação da componente comum da prova que teve lugar no passado dia 18 de dezembro desrespeitou direitos que não podem ser postos em causa pela obsessão e pela pressa da equipa ministerial e do governo em conseguir começar a sujeitar os/as docentes ao mecanismo em causa.

Tendo em conta todo este quadro que lesa legítimos interesses e direitos dos professores e educadores portugueses, que está a contribuir para uma perigosa desvalorização da sua condição profissional e a acrescentar problemas e ameaças no âmbito da educação e ensino, as organizações sindicais – ASPL, FENPROF, SEPLEU, SIPE, SIPPEB e SPLIU – solicitam a marcação urgente de uma reunião com a Comissão a que V.^ª Ex.^ª preside, de forma a dar a conhecer as situações detetadas e a expor as propostas que têm para as superar.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Pelas organizações sindicais